



Data: 28.04.2020

Título: Peritos defendem abertura faseada do país por regiões

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;2;3

Peritos defendem abertura faseada do país por regiões

Para ser eficaz no rastreio dos contágios, nova *app* tem de ser instalada em 60% dos *smartphones* • Infeciologista do Hospital Dona Estefânia concorda com abertura de creches • Muitos docentes estarão em condições de recusar dar aulas • Indústria regressa ao trabalho, mas sem saber quando terá clientes

Destaque, 2 a 13 • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

Área: 1472cm² / 52%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6818795



Data: 28.04.2020

Título: Peritos defendem abertura faseada do país por regiões

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário



Secção: Destaque

Pág: 1;2;3

CORONAVÍRUS

Peritos defendem abertura do país por regiões

O número médio de contágios (o valor de R) teima em não descer em Portugal. Porém, as assimetrias regionais vêm-se até na forma como a doença atinge o país. Por isso, na opinião de alguns especialistas, poderão abrir-se primeiro regiões menos afectadas

Inês Chaíça e Miguel Dantas

A ideia de levantar as medidas de restrição a vários tempos consoante as regiões não é nova, mas ganha fôlego com os dados conhecidos no domingo, durante a conferência de imprensa diária da Direcção-Geral da Saúde (DGS). Nessa conferência, a ministra da Saúde, Marta Temido, tornou conhecidos dois valores que poderão ser determinantes para a estratégia de levantamento das medidas do estado de emergência, decretado a 16 de Março. E, com base nisso, um processo a várias velocidades parece plausível e até aconselhável aos olhos de especialistas ouvidos pelo PÚBLICO.

Esta discussão volta a estar em cima da mesa antes de uma reunião hoje entre o Governo e os especialistas em epidemiologia da DGS e do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Insa), entre outros. Depois desse encontro, Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa irão, em conjunto, decidir quanto ao prolongamento do estado de emergência e respectivas medidas de restrição.

Mas há vários factores a ter em conta nessa equação. Alguns são políticos e outros científicos. Um deles está assente num dos indicadores usados a nível internacional para perceber a capacidade de contágio de uma doen-

ça: os valores de R_0 e R_t , que Marta Temido referia. O valor de R_0 "mede o número de contágios que acontecem quando a doença tem condições ideais" para se disseminar, sem qualquer medida de confinamento ou contenção, explica Manuel Carmo Gomes, professor de Epidemiologia da Faculdade de Ciências de Lisboa. Portugal tem um R_0 de 2,08.

O valor de R_t (ou efectivo) passa a ser relevante mais tarde, depois de aplicadas as medidas para conter a propagação da doença, quando o "número médio de contactos que um infeccioso tem começa a diminuir", e é avaliado de acordo com uma variável temporal (normalmente o dia). Esse valor situa-se em 1,04, de acordo com os dados do período entre 16 e 20 de Abril, citados por Marta Temido, um valor acima daquele que foi registado no início de Abril – entre os dias 6 e 10 registou-se um R_t de 0,95 – que pode ser explicado pela violação das medidas impostas no fim-de-semana da Páscoa.

Este valor ainda está longe do zero (referência para se dar uma doença como dominada) e continua acima de um, o que significa que a pandemia não está a abrandar. Mas já há datas para o regresso às aulas e aponta-se o início de Maio para o levantamento das restrições. Será prematuro?

António Costa falou desta ideia numa entrevista há duas semanas,

quando se discutiu a hipótese de levantar medidas de confinamento de acordo com as assimetrias do país e da população. Medidas diferentes para regiões diferentes – em suma, um país a várias velocidades. Tendo em conta que os valores de R são diferentes para cada região, essa ideia faz sentido para alguns especialistas.

"Nem todos temos a mesma opinião sobre isso", atalha Manuel Carmo Gomes. "Na minha opinião, é um bocadinho precipitado desconfinar já o país todo, porque o R não está num valor nada confortável", diz. "No entanto, quando olhamos para o mapa de Portugal e vemos o número de casos ou de mortes, vê-se sempre que o país é muito diferente." Há duas manchas escuras sobre Lisboa e Porto, mas há zonas menos afectadas pela doença – como o Alentejo. "Portanto, se é para aliviar as medidas, devíamos fazer isso assimetricamente, isto é, começando pelas regiões onde parece ser menos arriscado estar a aliviar", defende.

Ricardo Mexia, presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, concorda. "Foi já mais ou menos assumido que vamos fazer uma retoma faseada e gradual. E isso pode incluir diferentes actividades, mas também regiões. Optar por regiões, como as regiões autónomas, onde o isolamento muitas vezes é um

Área: 1472cm² / 52%

Foto: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6818795



Data: 28.04.2020

Título: Peritos defendem abertura faseada do país por regiões

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Destaque

Pág: 1;2;3

factor negativo, mas que neste caso concreto até pode ser protector.”

Apesar disso, ambos os especialistas concordam que o valor de R deveria estar um pouco mais baixo para permitir dar estes passos com maior confiança. Manuel Carmo Gomes gostava que o valor de R_t “estivesse em 0,9 ou 0,8” e Ricardo Mexia diz apenas que tinha expectativa de que o número estivesse abaixo do 1 de “forma robusta” para que se pudesse compensar um eventual aumento de contágios “com outras medidas”.

Já Pedro Simas, virologista do Instituto de Medicina Molecular de Lisboa, tem uma opinião um pouco diferente. Acredita que o valor do número médio de contágios por infectado é positivo, lembrando a descida deste número desde que foram aplicadas as medidas de isolamento social. “Um R de 1,04 são boas notícias, [o valor já] esteve em dois e em três. O aumento do número de casos já não está em fase exponencial, portanto estamos num *plateau* em que é difícil baixar o R para 0. É impossível impedir por completo a interacção das pessoas”, defende.

Um levantamento das restrições a “várias velocidades” não é, porém, descartado. “Isto é um problema global, mas não é de resolução global. As soluções para cada país são diferentes, assim como as soluções dentro do país também têm de ser adaptadas

e inteligentes”, diz Pedro Simas.

R 0,7, um número mágico?

Na Noruega, tomou-se a decisão de levantar restrições quando o valor de R_0 chegasse a 0,7. Mas esse número não constitui uma regra, explica Manuel Carmo Gomes: “Não tem nenhuma base teórica.” “A regra é termos por dia um número de casos muito baixo, porque esta é uma doença que cresce exponencialmente e, com um descuido, duplica-se o número de casos em poucos dias.”

O especialista cita a experiência de países como a Áustria ou a Dinamarca que começaram a levantar restrições em meados do mês. E o que aconteceu foi que a incidência da doença aumentou. Para Portugal, o conselho é fazer com que o número de casos diários desça até ao nível desses países, porque hoje “estamos pior do que eles estavam nessa altura”, explica. Mas este é apenas o ponto de vista epidemiológico – “isto é, sem pensar na economia, nos problemas sociais ou psicológicos”, diz Manuel Carmo Gomes. “Acho que não é recomendável [levantar medidas de forma global para já]. Mas a vida não acaba na epidemiologia. É mais do que isso. E isso tem de ser tido em atenção. É esse o trabalho do Governo.”

ines.chaica@publico.pt



O calendário para regressar à “normalidade”

28 de Abril

De 15 em 15 dias, o Governo tem-se reunido com as autoridades de Saúde para ter um ponto de situação sobre a evolução da pandemia. Os epidemiologistas fornecem indicadores — entre eles o que mede o número médio de contágios por cada pessoa infectada (o R_0) — que permite ao executivo tomar decisões. Nesta data há uma reunião decisiva para definir o ritmo de abertura da economia.

30 de Abril

O primeiro-ministro já divulgou um esboço do plano de regresso à “normalidade”, guardando este dia para o anúncio do calendário. O retorno será progressivo, gradual, alternado e com as



máscaras a fazerem parte do dia-a-dia das pessoas. O teletrabalho vai continuar, funcionando como um travão a um regresso em massa dos cidadãos à rua. Apesar de se iniciar a abertura da economia, nem todas as pessoas regressarão ao local de trabalho.

2 de Maio

Termina o estado de emergência a que se segue o estado de calamidade. Este instrumento legal servirá ao Governo para garantir a monitorização da abertura da economia.



Data: 28.04.2020

Título: Peritos defendem abertura faseada do país por regiões

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;2;3



Lisboa é uma das cidades mais afectadas pela covid-19 e portanto onde há maior risco

4 de Maio

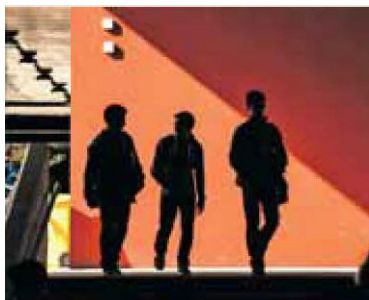
A abertura da economia começa pelo pequeno comércio de bairro. Os comerciantes de automóveis dizem-se prontos para abrir nesta data (na primeira quinzena de Abril a venda de automóveis caiu 86,5%) e os cabeleiros e barbeiros também. No futebol, começam a surgir dados sobre algum regresso.

6 de Maio

O manual das praias deverá ser conhecido na íntegra, prevendo o uso de máscaras nos bares e restaurantes de apoio.

18 de Maio

Com máscara e mantendo as regras de distanciamento social,



os alunos dos últimos dois anos do secundário deverão voltar a ter aulas presenciais. Este regresso é visto como muito importante, tendo em conta que gerará um aumento significativo das interações sociais. Por este motivo, só haverá aulas nas 22 disciplinas cujo exame conta para a média de entrada no

ensino superior. Também para este dia está pensado o fim dos testes de despistagem da covid-19 em técnicos de lares.

1 de Junho

As crianças até aos três anos também já têm um calendário definido para o regresso à escola. O primeiro-ministro justificou a

abertura das creches com a necessidade de apoiar as famílias, muitas delas com perdas de rendimento. As crianças pequenas são vistas pelos peritos como um grupo de baixo risco de contágio. Para esta data está ainda prevista reabertura do comércio em geral. Só mais tarde reabrirão as grandes superfícies. **M.M.O.**

Área: 1472cm² / 52%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6818795



Data: 28.04.2020

Título: Peritos defendem abertura faseada do país por regiões

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;2;3



Costa admite fim do estado de emergência em Maio

Luciano Alvarez

António Costa já tinha afirmado que esperava que o decreto do actual estado de emergência fosse o último. Ontem, no final de uma visita a empresas do Norte, voltou a admitir baixar o nível deste estado de excepção constitucional. “O consenso que neste momento existe é de que podemos descer um nível”, disse.

O primeiro-ministro afirmou ainda que, “acima de tudo”, confia “no comportamento exemplar dos portugueses” e defendeu que “é fundamental que possa ter-se acesso com facilidade, em qualquer supermercado e loja, a máscaras de uso comunitário e equipamentos de protecção individual, para proceder ao desconfinamento em Maio”.

Em declarações aos jornalistas após a uma visita à empresa Petrutex Confecções, em Paços de Ferreira, o primeiro-ministro respondeu também às dúvidas manifestadas por alguns constitucionalistas sobre a passagem, a 2 de Maio, do estado de emergência para a situação de calamidade pública.

“Também sou jurista e sei da enorme capacidade que os juristas têm de inventar problemas. Felizmente a realidade da vida é muitíssimo mais prática. (...) Confinamento é para manter, diga o que disser a Constitui-

ção”, respondeu Costa, usando uma expressão que lhe valeu algumas críticas nas redes sociais.

“Acredito sobretudo na consciência das pessoas”, acrescentou, salientando que estes “são os mesmos constitucionalistas que discutiam, quando os primeiros portugueses vieram de Wuhan, na China, se podiam ou não ficar em quarentena quando os próprios decidiram ficar em quarentena”.

Instrumentos necessários

António Costa lembrou também que grande parte das medidas em vigor foi tomada antes do estado de emergência, nomeadamente o encerramento de fronteiras e os confinamentos sanitários.

“Quer a Lei de Bases da Protecção Civil, quer a Lei da Saúde Pública dão ao Estado os instrumentos necessários para poder agir”, sublinhou o primeiro-ministro.

“O fim do estado de emergência não significa o regresso à normalidade. Vamos ter de manter as práticas actuais. (...) A normalidade plena da vida só voltará a existir quando houver vacina. Vamos ter de praticar normas de distanciamento social e normas de protecção social durante muito tempo, mas não temos de viver em permanente estado de excepção constitucional”, salientou.

luciano.alvarez@publico.pt

Área: 1472cm² / 52%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6818795